

## **OS MATA MACHADO DE DIAMANTINA: NEGÓCIOS E POLÍTICA NA VIRADA DO SÉCULO XIX PARA O SÉCULO XX**

Marcos Lobato Martins  
(Professor das Faculdades Pedro Leopoldo e FAFIDIA – UEMG)

### Resumo:

Este artigo analisa as ações políticas e empresariais dos poderosos irmãos diamantinenses Mata Machado, na virada do século XIX para o século XX, lançando mão de fontes documentais diversas – jornais de época, registros cartoriais, atas e discursos políticos, etc. O que se pretende é discutir as relações entre os negócios e a política na vida dos Mata Machado, o pioneirismo e os limites de suas iniciativas empresariais, bem como as diretrizes que nortearam o programa de desenvolvimento regional que eles formularam gradativamente nas tribunas de Diamantina, Ouro Preto, Belo Horizonte e Rio de Janeiro.

### Palavras-chave:

Diamantina – Irmãos Mata Machado – Companhias industriais e comerciais – Política – Desenvolvimento regional

### Sessão Temática:

H4 – Indústria e processo de trabalho em Minas Gerais – séculos XIX e XX.

CEDEPLAR – FACE – UFMG  
Seminário Diamantina

## **Os Mata Machado de Diamantina: negócios e política na virada do século XIX para o século XX**

*Marcos Lobato Martins<sup>1</sup>*

### **Introdução**

Em Diamantina, como de resto em várias partes do Brasil, havia estreita aliança entre os negócios e a política. Os interesses econômicos e a acumulação de fortunas abriam oportunidades de galgar postos na carreira política. E o desempenho de funções públicas e políticas propiciava inúmeras chances para participar de negócios, bem como favorecia a inserção do indivíduo em redes de relações pessoais pelas quais circulavam informações privilegiadas, influências, apadrinhamentos e créditos. Essa simbiose entre política e negócios é particularmente marcante na trajetória das famílias Felício dos Santos, Caldeira Brant e Mata Machado.

Este artigo analisa precisamente o caso dos poderosos irmãos Mata Machado, na virada do século XIX para o século XX, lançando mão de fontes documentais diversas – jornais de época, registros cartoriais, atas e discursos políticos, etc. O que se pretende é discutir as relações entre os negócios e a política na vida dos Mata Machado, o pioneirismo e os limites de suas iniciativas empresariais, bem como as diretrizes que nortearam o programa de desenvolvimento regional que eles formularam gradativamente nas tribunas de Diamantina, Ouro Preto, Belo Horizonte e Rio de Janeiro.

O trabalho está dividido em três partes. Na primeira, examinam-se aspectos da atuação política dos Mata Machado. Na segunda parte, o foco da análise recai sobre os empreendimentos industriais e comerciais dos irmãos João, Álvaro e Pedro da Mata Machado. E, na última parte, aborda-se as linhas mestras das idéias sobre desenvolvimento regional do Norte de Minas compartilhadas por esses políticos e industriais diamantinenses, cuja formulação mais elaborada coube ao Dr. Pedro da Mata Machado.

### **Os Mata Machado e a política regional**

No final do Império e no início da República, Diamantina projetava-se sobre as vastas regiões do Norte mineiro, devido à sua condição de um dos mais importantes centros urbanos de Minas Gerais. Entre as décadas de 1890 e 1910, Diamantina compunha com Ouro Preto, Juiz de Fora, Barbacena, São João Del Rei, Uberaba e Belo Horizonte a lista dos poucos pólos que galvanizavam a vida urbana, política e cultural nas terras mineiras<sup>2</sup>. A vigência da representação majoritária, adotada tanto no período imperial quanto na Primeira República, garantiu a Diamantina posição destacada no cenário político regional, uma vez que o município foi cabeça de “círculos” eleitorais por quase cem anos. Na primeira República, a cidade comandava a sexta circunscrição (eleições estaduais) e o nono distrito (eleições federais). Por esta razão, Diamantina dirigia a escolha de seis deputados estaduais, compondo boa parte da representação norte-mineira na Assembléia Estadual. No plano das eleições federais, todo o Norte de Minas era comandado por apenas dois distritos:

---

<sup>1</sup> - Doutor em História Econômica pela USP. Professor das Faculdades Pedro Leopoldo (FPL) e Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina (FAFIDIA/UEMG).

<sup>2</sup> - Ver SENNA, Nelson de. *Anuário Estatístico de Minas Gerais*, 1907, p. 468.

o de Diamantina (9.º) e o de Montes Claros (11.º). Por conseguinte, os diamantinos acostumaram-se a contar sempre com representantes na Câmara Federal.

No período 1870-1889, a região do Norte estava super-representada na Província, situação que se manteve relativamente pouco alterada no decorrer da Primeira República. Conforme Ricardo Maia, embora a região Norte detivesse apenas 21,52% da população provincial em 1873, os políticos originários dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri, Doce e São Francisco – Montes Claros representavam 21,82% dos integrantes da elite mineira, ficando atrás somente da região central Metalúrgica – Mantiqueira, que detinha 22,98% da população e 46,06% da elite política provincial. O Sul de Minas, com 16,76% da população, respondia por 13,94% dos integrantes da elite; para a Zona da Mata, estes números eram, respectivamente, 16,72% e 11,52%. Em termos partidários, no Norte predominavam os conservadores. Os políticos saquaremas do Jequitinhonha – Mucuri – Doce perfaziam 48,39%, e os liberais representavam 29,03%<sup>3</sup>. A política do Norte de Minas era dominada pelos grupos ligados aos Otoni (no Serro), aos Mata Machado e aos Felício dos Santos (em Diamantina) e a Gonçalves Chaves (em Montes Claros), que era ligado aos Mata Machado e havia estudado no Ateneu São Vicente de Paulo, em Diamantina e fora promotor de justiça nesta cidade. No antigo Termo de Minas Novas, a política era comandada pelo Coronel Inácio Carlos Moreira Murta, José Bento Nogueira, Francisco Coelho Duarte de Badaró e Manoel Fulgêncio Alves Pereira.

O quadro seguinte fornece informações sobre os principais políticos de Diamantina no período 1870-1889:

---

<sup>3</sup> - MAIA, Ricardo A. Liberais e conservadores na Província de Minas Gerais: identidade política e representação de interesses. In: LPH *Revista de História*. Mariana: DEHIS-UFOP, 2(1): 134-137, 1991.

Quadro 1 – Elite política de Diamantina no fim do Império – 1870-1889

Nome	Cargos Regionais	Cargos Nacionais
João da Mata Machado Jr.	Deputado (1878-79)	Deputado (1881-84 e 1886-89) Min. Dos Negócios Estrangeiros (Gabinete Dantas) Deputado (1891-1902)
Álvaro da Mata Machado	Deputado (1888-89) Senador (1880-94)	Deputado (1909-10) Senador (1894-97)
Teodomiro Alves Pereira	Deputado (1866-69) Senador (1891-95)	Deputado (1878-80)
João Raimundo Mourão	Deputado	
Francisco Correa Ferreira Rabelo		Deputado (1868-70, 1878-80 e 1891-93)
João R. Campos Carvalho		Deputado (1874-76)
Antônio Felício dos Santos		Deputado (1868-70, 78-83 e 85-87) Pres. do Banco do Brasil (1890)
Joaquim Felício dos Santos		Deputado (1864-66) Senador (1890-93)
João Nepomuceno Kubitschek	Senador (1891-98) Vice-Presidente (1894-98)	
Justino Ferreira Carneiro	Deputado (1878-79) Diretor da Fazenda (1891) Secretário das Finanças (1892-94)	Presidente da Paraíba (1880-82) Presidente do Grão-Pará (1882)

Fontes: COUTO, Soter Ramos. *Vultos e fatos de Diamantina*. Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 2002.

MONTEIRO, Norma Góes. *Dicionário biográfico de Minas Gerais: período republicano*. Belo Horizonte, Assembléia Legislativa de Minas Gerais, 1994.

Atuando em Ouro Preto e na Corte, os políticos diamantineses do final do Império auxiliaram os homens de negócios locais nos seus pleitos, que giravam em torno, principalmente, da concessão de licenças, da isenção de tarifas sobre máquinas, insumos e transporte, da obtenção de créditos e da garantia de juros para investimentos. Vale destacar que, com exceção do Conselheiro João da Mata Machado Júnior e do Dr. Teodomiro Alves Pereira, todos os nomes do quadro anterior eram filiados ao Partido Liberal e aderiram ao movimento republicano, o que fez de Diamantina um dos redutos liberais-republicanos mais importantes de Minas Gerais. Por outro lado, todos os representantes de Diamantina defenderam a abolição da escravidão nas casas parlamentares da Província e do Império, bem como participaram da Associação do Patrocínio de Nossa Senhora das Mercês da Redenção dos Cativos, fundada pelo Bispo D. João Antônio dos Santos, na década de 1880 para comprar a alforria de escravos.

A Proclamação da República trouxe alguma mudança no cenário político diamantinense. Houve o declínio político das famílias Felício dos Santos e dos Mata Machado, conhecidos por sua proximidade com os monarquistas. Declínio que foi muito mais rápido no caso da primeira parentela do que da segunda. Ascenderam as famílias Mourão e Caldeira Brant. No período 1890-1930, os líderes políticos diamantineses tiveram como principais preocupações: a) a abertura de estradas de rodagem no Alto

Jequitinhonha e a construção de ramal ferroviário que alcançasse a cidade; b) o controle da Administração dos Terrenos Diamantinos, impedindo sua transferência para a nova capital; c) a atração de órgãos públicos estaduais e federais para a cidade, reforçando o peso político-administrativo de Diamantina no Norte mineiro e; d) a viabilização de recursos para obras de melhoramentos urbanos na “Atenas do Norte”.

O quadro seguinte reúne informações sobre os principais representantes políticos de Diamantina em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro, no decorrer da Primeira República:

Quadro 2 – Elite política de Diamantina na Primeira República  
1890-1930

Nome	Cargos Estaduais	Cargos Federais
Pedro da Mata Machado	Senador (1907-22)	Deputado (1912-14, 18-20 e 33-37)
Augusto M. Caldeira Brant	Deputado (1920)	Deputado (1921)
João E. Caldeira Brant	Deputado (1935-37)	
Olímpio J. Oliveira Mourão	Deputado (1899-1902) Senador (1903-30)	
Francisco Oliveira Lessa	Deputado (1923-30)	
Herculano C. Pereira Silva	Deputado (1906) Chefe de Polícia (1913-14)	Deputado (1918-20)
Pe. Celestino R. Chaves	Deputado (1891-1902)	
Cônego Manoel A. Pereira	Deputado (1891-98)	
João A. Lopes Figueiredo	Deputado (1907-24)	
José R. Teles de Menezes		Deputado (1897-99)
Juscelino Barbosa	Deputado (1897-99) Secretário de Fazenda (1908-10)	Deputado (1895-98)
Antônio Olinto dos Santos Pires	Presidente (nov. 1889)	Deputado (1891-96) Min. da Viação (1894-96)

Fontes: COUTO, Soter R. *Op. cit.* MONTEIRO, Norma Góes. *Op. cit.*

No quadro anterior, convém observar que João Antônio Lopes Figueiredo era cunhado dos irmãos João, Álvaro e Pedro da Mata Machado e, como se verá adiante, foi um dos sócios fundadores da Companhia de Santa Bárbara.

Evidencia-se, portanto, a destacada presença de integrantes da família Mata Machado na política diamantinense e do Norte mineiro. Em anexo, traços biográficos de João da Mata Machado Jr., Álvaro e Pedro da Mata Machado são apresentados. Na verdade, no período final do Império, os Mata Machado disputavam com os Felício dos Santos o controle da política regional, luta que também possuía um flanco importante na Câmara Municipal da cidade. Assim como os Drs. Antônio, João e Joaquim Felício dos Santos exerceram a vereança, os irmãos Mata Machado também foram vereadores com diversos mandatos. O Dr. Pedro da Mata da Mata Machado, por exemplo, foi Agente Executivo Municipal no período 1891-92, marcando sua administração pela reformulação integral do Mercado Municipal e pela construção do Cemitério Público. Os Mata Machado souberam valorizar a Câmara Municipal de Diamantina, porque perceberam que a atuação desse órgão era de muita valia para moldar o “ambiente de negócios” que desejavam ver

implantado no Norte mineiro. Afinal, a legislação tributária municipal, os programas de obras levados a cabo pelos Agentes Executivos, a regulamentação da Intendência Municipal, o auxílio financeiro da Municipalidade para determinadas iniciativas particulares, a obtenção de créditos governamentais, a concessão de licenças e de privilégios, os cuidados com a educação e o policiamento dos logradouros, etc., tudo isso era do mais estrito interesse dos empreendedores diamantinenses.

Entre os irmãos Mata Machado, não há dúvida sobre o enorme prestígio que desfrutou o Conselheiro João da Mata Machado Júnior em Minas Gerais e no país. Também em Diamantina, o Conselheiro era praticamente idolatrado, como se pode ver na referência que a ele fez a menina Alice Dayrel no seu diário pessoal, em 1.º de março de 1894:

“Meu pai hoje veio da Boa Vista com tio Joãozinho para votarem no Presidente da República e no Dr. João da Mata para deputado. Na nossa família todos têm de mexer com política, por causa de tia Aurélia e tio Conrado que são muito influentes. Ele é irmão da mãe de Dr. Mata e muito amigo dele e pegou essa amizade na família toda. Eu mesma dou razão de todos o considerarem uma honra da Diamantina porque é um homem muito bom. Todos tiveram muita raiva quando Floriano o prendeu. Meu pai diz que espera que ele ainda vá eleito Presidente do Estado e depois da República”<sup>4</sup>.

Na sua atuação parlamentar, o Conselheiro Mata Machado obteve aprovação da Assembléia Provincial de Minas Gerais para lei de construção da Estrada de Ferro Filadélfia a Caravelas, de criação do município de Teófilo Otoni (com a elevação de sua sede, então simples arraial, à categoria de cidade). Apresentou ainda projetos para a criação da Escola Normal de Diamantina e do Liceu de Artes e Ofícios do Serro<sup>5</sup>. Na Assembléia Nacional, João da Mata Machado Júnior aprovou a lei de garantia e privilégio para a navegação dos rios das Velhas e São Francisco. Em função de relatório apresentado pelo então deputado ao Ministro Rodrigo Silva, contendo dados sobre as populações ribeirinhas, o comércio na Bacia do São Francisco e a navegação precária, mas volumosa, conseguiu a subvenção anual de cem contos para a Empresa Viação do São Francisco (Pedro da Mata Machado. *Traços biográficos do Dr. João da Mata Machado*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. p. 16-18. BAT).

Digna de nota foi a atuação de Álvaro e Pedro da Mata Machado na imprensa diamantinense. Nos jornais *A Idea Nova* e *Cidade de Diamantina*, os Mata Machado expuseram suas propostas sobre a política e o desenvolvimento regional, publicando artigos que constituíam uma espécie de “pedagogia” que objetivava civilizar a população da cidade e do Norte de Minas. Nas páginas da imprensa, Álvaro e Pedro da Mata Machado pugnaram pela instrução agrícola profissional, pela renovação do trabalho – “não o rotineiro, viciado e infecundo, que aniquila seus agentes, os empobrece e os desgraça, mas o inteligente, racional e progressivo, que remunere o esforço (...) e transforme nossa terra” (*A Idea Nova*, 10 de junho de 1906. BAT) – e exaltação de suas propriedades morais, pela difusão da disciplina do trabalhador e pela obediência das leis. Também procuraram convencer os leitores de que era necessário introduzir melhoramentos técnicos na produção regional, ao escreverem, por exemplo, que:

---

<sup>4</sup> - MORLEY, Helena. *Minha vida de menina*. 16. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988. p. 100-101.

<sup>5</sup> - Ver COUTO, Soter Ramos. *Vultos e fatos de Diamantina*. Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 2002. p. 336.

“Os agricultores da região usam ainda dos processos rudimentares de cultura. Uma vez, porém, que reconheçam a necessidade, começarão a empregar os processos da agricultura moderna com seus instrumentos, etc. (...) Não se desenvolverão todas essas indústrias uma vez que se auferam delas grandes proventos?” (*A Idea Nova*, 6 de dezembro de 1908. BAT).

Da mesma forma que fizeram os Felício dos Santos no jornal *O Jequitinhonha*, os Mata Machado assumiram o papel de guias da opinião pública e de educadores das classes subalternas, tomando parte ativa no processo de difusão dos ideais de civilidade e urbanização<sup>6</sup>.

Visando moldar ambiente propício para seus empreendimentos, os Mata Machado atuaram ainda na associação de classe fundada em Diamantina, sob o nome de União Operária Beneficente de Diamantina, a qual foi modelo para a posterior de diversas outras organizações similares em cidades do Norte de Minas, caso de Montes Claros (União Patriótica de Montes Claros, criada em 1894). A União Operária Beneficente de Diamantina surgiu em 31 de maio de 1891, destinada a agregar oficiais lapidários, ourives, alfaiates, sapateiros, músicos, ferreiros etc. A agremiação objetivava congregar as famílias operárias, assistindo material e moralmente aos consócios enfermos, aos filhos e viúvas deixados pelos membros falecidos. Ela também fazia a educação profissional dos seus integrantes, para o que instalou, em 1893, o Liceu de Artes e Ofícios de Diamantina, que chegou a ter, nas décadas seguintes, mais de 100 alunos matriculados. Na sua sede, construída na Rua Direita, com ampla colaboração da Câmara e da comunidade, funcionaram uma biblioteca e duas escolas noturnas, bem como uma cooperativa de consumo. Em 1893, a União Operária Beneficente de Diamantina totalizava 500 filiados.

A partir de 1897, como resultado das injunções da Diocese e da influência das famílias Mata Machado e Felício dos Santos, a União Operária de Diamantina abandonou seu vago “projeto socialista” inicial para abraçar as doutrinas sobre o trabalho elaboradas por Dom Bosco. Tornaram-se, então, freqüentes as conferências sobre questões sociais proferidas na União Operária pelo Dr. Pedro da Mata Machado, com o objetivo de instruir os trabalhadores. Este também destinou verbas públicas estaduais para o Liceu de Artes e Ofícios da União Operária de Diamantina, conforme se vê na Ata de 17 de setembro de 1911 da organização:

“O expediente constou de duas cartas: uma do senador Pedro Mata e outra do senador Olimpio Mourão, ambas comunicando ter sido mantido no orçamento os dois contos de réis provenientes do auxílio que o Estado dispensa ao Liceu de Artes e Ofícios desta União” (Ata da sessão de 17 de setembro de 1911. Livro de Atas n. 3, 1910 a 1915. Arquivo da União Operária Beneficente de Diamantina).

Enfim, os irmãos Mata Machado tiveram atuação política ampla, para além dos parlamentos. Participação política cotidiana na cidade de Diamantina, orientada para a agregação de interesses e a formulação de reivindicações caras aos norte-mineiros, como também visando promover idéias e valores novos, que julgavam necessários ao processo de modernização do interior de Minas Gerais. Sempre na direção do que havia publicado o jornal *A Idea Nova*, porta-voz da família: “pelo trabalho livre e fecundo, marchamos sempre para a Cidade da Verdade e da Justiça” (*A Idea Nova*, 5 de maio de 1907. BAT).

---

<sup>6</sup> - Para discussão detalhada acerca da atuação dos homens de imprensa em Diamantina, no período em tela, ver: GOODWIN Jr. James. *Cidades de papel: imprensa, progresso e tradição*. Diamantina e Juiz de Fora, MG (1884-1914). Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: FFLCH – USP, 2007.

### **Os Mata Machado e os negócios**

Como os Caldeira Brant e os Felício dos Santos, a fortuna da família Mata Machado foi formada na lida com as lavras diamantinas. A extração de diamantes e a comercialização dessas pedras, brutas ou até mesmo lapidadas, forneceram os capitais que os Mata Machado empregaram em diversos negócios no Norte mineiro.

A vinculação da família com a mineração era antiga. Após o desimpedimento oficial das lavras decorrente da extinção da Real Extração, ocorrida no ano de 1845, houve um *boom* do garimpo no entorno de Diamantina. Os trabalhos minerários prosperaram nas margens do Jequitinhonha e em novos descobertos, como os de São João da Chapada e de Curralinho. Entre os homens que souberam tirar bom proveito dessa nova conjuntura estava João da Mata Machado, um comerciante de diamantes descendente dos Machados paulistas, e ligado aos poderosos Caldeira Brant de Diamantina. Um sinal de suas atividades é fornecido pela escritura de locação de serviços, de 30 de setembro de 1871, feita por Maurício José de Mello a João da Mata Machado e seus sócios – Comendador Serafim Moreira da Silva, Bernardino da Cunha Ferreira e Procópio Gomes Ribeiro – para pagamento de 900\$000 rs (Livro de Notas n. 1, 3.º Of., Maço 162, p. 33-35. BAT). Esse documento revela que João da Mata Machado, além de negociar diamantes em sociedade com o Comendador Serafim Moreira da Silva, um dos maiores mineradores da região, também emprestava dinheiro. Outro sinal dos negócios, dessa vez minerários, de João da Mata Machado aparece na escritura de venda, datada de 26 de fevereiro de 1874, que lhe fez Cassiano Feliz Ferreira de uma casa coberta de capim, com chácara e água, sita no lugar denominado Baú, subúrbio de Diamantina, e bem assim do direito que tinha em dois lotes de terrenos diamantinos localizados no Córrego do Baú, tudo pela quantia de 500\$000 rs. Um dos lotes media seis mil braças quadradas, e o outro oito mil braças quadradas (Livro de Notas n. 6, 3.º Of., Maço 162, p. 6-8. BAT). Parcela dos recursos obtidos em Diamantina, João da Mata Machado investia em títulos na praça do Rio de Janeiro, como demonstra a procuração passada por ele em 26 de agosto de 1879, na qual:

“nomeia e constitui seus bastante procuradores na Corte do Rio de Janeiro a Santos Irmãos com poderes especiais de haver da Associação Protetora das Famílias, gerida pelo Banco Rural e Hipotecário daquela praça, o que lhe couber na liquidação dos contratos feitos pela mesma em benefício de suas três filhas, Maria Amélia da Mata, Virgínia Amélia da Mata e Amélia Senhorinha da Mata, os quais foram feitos em 19 de outubro de 1869 e constam das respectivas apólices sob os números 7:089, 7:090 e 7:091, podendo aceitar em pagamento tanto apólices da Dívida Pública como dinheiro” (Livro de Notas n. 36, 2.º Of., Maço 161, p. 86v-87. BAT).

A fortuna do velho João da Mata Machado garantiu primorosa educação para seus filhos e os meios necessários para que eles comessem suas vidas profissionais, nas quais misturaram carreiras liberais com a promoção de novos negócios. Os filhos João da Mata Machado Júnior, Álvaro da Mata Machado e Pedro da Mata Machado também mantiveram relação com a extração e a comercialização de diamantes durante a maior parte de suas vidas. No garimpo do diamante, tal como seu pai, os filhos formaram estreita sociedade com membros da família Caldeira Brant. Um indicador da perenidade desses laços com o garimpo está no contrato de transferência, datado de 7 de fevereiro de 1903, para o Sr. Luiz Furtado, sindicato ou companhia por ele indicado, da Lavra do Cabral, que media 43 bilhões de metros quadrados (sic). Por este contrato, Luiz Furtado teria no máximo nove meses para negociar a lavra, sob pena de incorrer em multa de dez contos, afiançada por



William G. Meyer, empresário americano que ficou conhecido na região como o “Rei dos Diamantes”. A lavra deveria ser vendida por cem contos de réis, dos quais 50 contos em moeda do país e 50 contos em ações da companhia que adquirisse o dito lote. Assinaram o documento Pedro e Álvaro da Mata Machado, Augusto Afonso Caldeira Brant, José da Silva Machado e João Antônio Lopes de Figueiredo (Livro de Notas n. 25, 1.º Of., Maço 496, p. 140v-142. BAT).

Mais do que garimpar, comprar e vender diamantes, os irmãos Mata Machado foram pioneiros da indústria da lapidação em Diamantina. Diante da crise internacional de preços iniciada em 1867, decorrente da entrada no mercado europeu das pedras extraídas nas minas subterrâneas da África do Sul, alguns mineradores do Alto Jequitinhonha perceberam que era preciso agregar valor às gemas da região, bem como conhecer mais acuradamente os meandros do mercado nacional e estrangeiro de pedras preciosas<sup>7</sup>. Entre eles estava o Dr. João da Mata Machado Júnior. Em 1873, ele possuía o projeto de montar uma lapidação na área da Formação, subúrbio de Diamantina, de modo que já encomendara o maquinário (Livro 6, Caixa 8, f. 40, Acervo José Teixeira Neves. BAT). Dois anos depois, foi inaugurada a “Fábrica da Formação”, dirigida por Luiz Paulino de Oliveira Miranda, mestre lapidário de origem portuguesa, trazido do Rio de Janeiro. O preço da lapidação do quilate de diamante girava em torno de 12\$000 rs, baixando, no ano seguinte, para 10\$000 o quilate. A lapidação do Conselheiro João da Mata Machado começou com maquinismo movido por uma roda hidráulica, que alimentava 12 rodas de lapidar (Envelope 5, Caixa 7, f. 4 e 6, Acervo José Teixeira Neves. BAT). A Lapidação da Formação foi a mais longeva de Diamantina. Após a morte do Conselheiro Mata, a essa lapidação passou a ser administrada por sua viúva até que, em 1915, foi comprada pelo Coronel José Neves Sobrinho, negociante de diamantes e proprietário da casa comercial “Cruzeiro do Sul” (*O Momento*, 15 de janeiro de 1922, p. 3. BAT). O novo proprietário ampliou o número de rodas para 36, empregando 36 operários que produziram, em 1922, 400 quilates de diamantes lapidados com valor estimado em 350 contos de réis (*idem*). A Fábrica da Formação recebeu luz e telefone em 1919, bem como escola para os filhos dos operários. Em 1930, essa lapidação e seus terrenos foram avaliados em 100 contos de réis, na época de cessação de suas operações (Concordata Preventiva de José Neves Sobrinho, 2.º Of., Maço 216, 1930. BAT).

Os irmãos Mata Machado também foram sócios destacados de empresas instaladas no vasto município de Diamantina, que procuraram ampliar e modernizar setores econômicos tradicionais. É o caso da Companhia Industrial Rio Pretana, sociedade anônima constituída em 8 de fevereiro de 1893, com sede no distrito de Rio Preto<sup>8</sup>. Com capital social de 50 contos de réis, dividido em 250 ações de valor nominal de 200\$000 cada uma, a Companhia Industrial Rio Pretana dedicou à produção de açúcar e álcool, por meio de um sistema aperfeiçoado de engenho e destilaria, e também beneficiava algodão, com o emprego de descaroçadores. O algodão tratado pela Companhia era plantado em terras

---

<sup>7</sup> - Segundo Roberto Borges Martins, “na década de sessenta as jazidas já davam sinais de esgotamento e o setor foi duramente atingido, a partir de 1867, pela descoberta dos imensos depósitos da África do Sul, que abarrotaram o mercado mundial, deslocando a produção brasileira para uma posição inframarginal”. MARTINS, Roberto B. Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez. In: SZMRECSÁNYI, Tamás e LAPA, José Roberto do Amaral (orgs.). *Histórica econômica da Independência e do Império*. 2. ed. São Paulo: Hucitec/Edusp/Imprensa Oficial, 2002. p. 118.

<sup>8</sup> - Conforme MACHADO, Fernando da Mata (org.). *A Companhia de Santa Bárbara: um caso da indústria têxtil em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006. p.37.

próprias e obtido de fazendeiros da região. Em 1896, o jornal *O Município* publicou anúncio dessa Companhia, que se reproduz a seguir:

“Álcool superior da Companhia Industrial Rio Pretana. Esta Companhia dispendo de aperfeiçoados aparelhos de destilação, acaba de iniciar a fabricação de superior álcool de 32 a 40 graus, igual ao que é importado do Rio, podendo fornecê-lo por preços relativamente muito inferiores ao deste. Espera portanto que os srs. Comerciantes e industriais tanto deste município como do Norte, darão preferência aos seus produtos realizando assim suas compras com grande vantagem. Encontra-se a varejo no depósito nesta cidade, em casa do sr. Coronel Manoel Cezar Pereira da Silva que também aceita encomenda de barris ou de qualquer outra porção” (*O Município*, 21 de agosto de 1896, p. 4. BAT).

Alguns anos depois, em viagem pela região, o Segundo Secretário da Legação Britânica no Rio de Janeiro, H. D. Beaumont, visitou as instalações da referida Companhia. Beaumont escreveu, em 1899, que ficara muito bem impressionado com as lavouras de algodão e cana-de-açúcar existentes na fazenda da Companhia e na região de Rio Preto. Porém, notara que o maquinismo do engenho estava deteriorado, fato que atribuiu a erros verificados na operação do equipamento pelos empregados, levando a paralisações constantes e demoradas (*O Município*, 16 de junho de 1900. BAT).

O investimento dos Mata Machado na Companhia Industrial Rio Pretana indica a preocupação deles com o abastecimento regular de matérias-primas necessárias aos demais empreendimentos que comandavam. No caso específico do algodão, os dirigentes das fábricas têxteis do Norte de Minas procuravam fazer acordos com fazendeiros e, por meio da montagem de entrepostos comerciais em pontos estratégicos do território, obter o algodão de que precisavam. Assim agiam, por exemplo, a Companhia Cedro e Cachoeira dos Irmãos Mascarenhas – que praticamente fundaram, com a instalação de seu entreposto, a cidade de Pirapora – e a Santos & Companhia, dos irmãos Felício dos Santos, proprietários da Fábrica de Biribiri. Nesse sentido, a participação dos Mata Machado na Companhia Industrial Rio Pretana configurou, no centro-norte mineiro, uma novidade em termos de estratégia empresarial, que hoje denominamos de integração vertical da cadeia produtiva.

A ousadia dos Mata Machado fica bem evidente na iniciativa de aproveitar os potenciais das terras do Norte, combinando a reorganização dos modelos de gestão e comercialização com ações decididas de diversificação da produção. Eles pretenderam ir além das fazendas tradicionais e das casas de “secos e molhados”, cujas atividades rotineiras dominavam a economia regional. Os Mata Machado quiseram agregar capitais dispersos, colocá-los a serviço de atividades planejadas, integradas por meio de uma única estrutura de gestão, transporte, financiamento e comercialização, cujo centro nevrálgico seria a cidade de Diamantina. Assim, surgiu a Companhia Indústria e Comércio do Norte de Minas.

O Dr. Álvaro da Mata Machado foi o idealizador, animador e principal dirigente da Companhia Indústria e Comércio do Norte de Minas, criada no ano de 1891 e sediada no Rio de Janeiro. Tratava-se de um *holding* reunindo empreendimentos dispersos na região norte-mineira. O capital inicial da Companhia era de dois mil contos de réis e havia projeto de ampliação para cinco mil contos. A empresa atuaria na mineração de ouro e diamantes, criação de gado, produção de charque e comércio de animais, cultura da uva e indústria vinícola, pesca e indústria pesqueira, indústria de velas, ceras, curtumes, solas, borracha de mangabeira, cultivo de cacau, café e baunilha, exploração de matas e serviços públicos (tais

como iluminação elétrica, água e esgotos, linhas de bonde e vias férreas) e na colonização e assentamento de “classes pobres” (*O Serro*, n. 2, ano 1891. BAT). A Companhia Indústria e Comércio do Norte de Minas pretendia atuar em Guanhães, Peçanha, Minas Novas, Itamarandiba, Montes Claros, Bocaiúva, Vale do São Francisco e Vale do Rio das Velhas, a partir de escritório regional instalado em Diamantina.

Embora encontrasse muitas dificuldades para funcionar, uma vez que não recebeu a resposta que Álvaro da Mata Machado esperava das “classes conservadoras” da região, a Companhia Indústria e Comércio do Norte de Minas realizou alguma coisa. Por sua iniciativa, surgiram parreirais nos campos desde Rio Preto, passando por Diamantina, Datas e Gouveia, até alcançar o Serro. Os vinhedos próprios da Companhia alcançaram a cifra de 35 mil pés em boas condições, mas havia carência de pessoal habilitado para a viticultura (Caderno 3, Caixa 2, Arquivo José Teixeira Neves. BAT). Centenas de alqueires de milho foram plantados pela empresa nos campos do Serro (*O Município*, n. 89, 1896. BAT). As fazendas do Bananal e do Capão Grosso, pertencentes à Companhia, ficaram famosas por suas lavouras de café e seus rebanhos bovinos. Numa chácara a seis quilômetros de Gouveia, onde ficava situada cachoeira de quase trinta metros de altura, a Companhia instalou uma “fábrica de curtume” de couros, montada com todos os acessórios e obras de estabelecimentos congêneres, que, em pleno funcionamento, entrou como parte das garantias oferecidas pela firma na ocasião da tomada de empréstimo, em 1895, no Banco de Crédito Real do Brasil, no valor de setenta e cinco contos de réis (Livro de Inscrição Especial, n. 2, inscrição n. 280, de 1.º de novembro de 1895, p. 168. BAT). A seção bancária da Companhia chegou a fornecer pequenos créditos a moradores de Diamantina, como ilustram os seguintes registros (Livro de Inscrição Especial n. 2, BAT):

- Inscrição n. 259, 15 de junho de 1891. Devedores: Maria Josefina da Silva, Tereza Josefina da Silva, Francisco Antônio da Silva, Júlia Augusta da Silva e Luis Antônio da Silva. Valor do empréstimo: 500\$000. Prazo: 18 meses. Juros: 10% ao ano. Garantia: casa com quintal, pasto e água de mina (p. 144).
- Inscrição n. 262, 13 de outubro de 1891. Devedor: Antônio Augusto de Queiroga. Valor do empréstimo: 500\$000. Prazo: 1 ano. Juros: 10% ao ano. Garantia: casa baixa coberta de telhas (p. 148).
- Inscrição n. 263, 16 de outubro de 1891. Devedor: José Martins de Oliveira. Valor do empréstimo: 200\$000. Não consta prazo. Sem juros. Garantia: cômodo de negócios situado no Beco do Mota (p. 148).
- Inscrição n. 266, 5 de agosto de 1893. Devedor: Joaquim José Pedro Lessa e sua mulher. Valor do empréstimo: 4:300\$000. Prazo: dois anos. Juros: 10% ao ano. Garantias: cinco casas (p.150).

Em Diamantina, a Companhia Indústria e Comércio Norte de Minas possuía um Depósito Geral e Armazém, localizado em casa cedida por contrato pelas Irmandades de Santo Antônio, São Miguel e Almas, eretas na Sé Catedral, onde realizava a comercialização de fazendas, móveis, utensílios e “gêneros do país”. No ano de 1894, o Depósito e o Armazém foram vendidos para a Sociedade Mercantil Líbano & Francelino (Livro de Notas n. 22, 1.º Of., Maço 43, p. 19v-21v. BAT).

Inegavelmente, o empreendimento mais conhecido dos irmãos Mata Machado foi a Companhia de Santa Bárbara, fábrica de tecidos construída na fazenda de mesmo nome, em

Curimataí. Idealizada pelo velho João da Mata Machado, a Fábrica de Tecidos de Santa Bárbara foi iniciativa liderada pelo Conselheiro João da Mata Machado Júnior. Fundada em 1886, a Companhia de Santa Bárbara foi a segunda fábrica de tecidos construída no município de Diamantina, nove anos depois da inauguração da Fábrica de Biribiri. Organizada sob a espécie de comandita simples, com capital inicial de 160 contos de réis, a sociedade Mata Machado, Moreira & Companhia levou dois anos para construir as instalações e adquirir os equipamentos. Em 22 de maio de 1888, a Fábrica de Santa Bárbara começou a funcionar com 60 teares. A 2 de dezembro de 1889 transformou-se em sociedade anônima, sob o nome comercial de Companhia de Fiação e Tecidos Santa Bárbara, com capital elevado para 500 contos de réis. Em agosto de 1895, a fábrica possuía 72 teares, dos quais 60 para algodão liso e trançado, dez para xadrez e 2 para Jacquard<sup>9</sup>.

Sobre o projeto da Fábrica, em 1885 o Conselheiro João da Mata Machado Júnior publicou no Rio de Janeiro opúsculo intitulado “Fábrica de Tecidos de Algodão em Santa Bárbara (Vale do Rio das Velhas)”. Seu objetivo era duplo: anunciar o projeto empresarial da família e estimular capitalistas da Corte a investirem capitais nesse empreendimento. O Conselheiro iniciou o texto discutindo o cenário mineiro que ele julgava promissor para a indústria têxtil. Segundo ele, diversos fatores contribuíam para a rentabilidade das fábricas de tecido de algodão na província mineira. A ampla disponibilidade de matéria-prima, já que o Norte de Minas era zona algodoeira por excelência. Esse algodão, encerrada a Guerra de Secessão nos Estados Unidos, tornara-se inviável para exportação devido aos elevados custos de transporte para fora da Província. O mercado mineiro, por outro lado, era de porte razoável (cerca de 3 milhões de habitantes) e, nele, o consumo de algodão era “largo e forçado”. Nas Minas Gerais, escreveu o Conselheiro, os salários eram inferiores em 50% aos da Corte e havia “meios de subsistência obtidos a preços ínfimos”. Mais importante: no Norte de Minas, uma “grande massa de povo moralizado e trabalhador” existia para abastecer de mão-de-obra as fábricas. Por outro lado, a lavoura regional de algodão possuía a vantagem de não depender do braço escravo, porque era realizada por pequenos lavradores – algo decisivo na conjuntura de transição dos anos 1880. Ademais, os preços baixos dos terrenos e das aguadas para os motores e a barateza das construções contribuíam para reduzir os investimentos iniciais na montagem das fábricas no Norte de Minas. O Conselheiro ainda se referiu à crise da economia do diamante, que assolava muitos municípios do Norte, fator que forçaria a realocação de capitais e de mão-de-obra em outros setores econômicos, o que certamente beneficiaria as iniciativas no ramo têxtil. Finalmente, João da Mata Machado Júnior escreveu que existia uma “circunstância que protegia a indústria de fiação naquela zona”: o custo elevado do transporte de cargas para o Norte de Minas, causador de sobrelevação de preço do pano importado do Rio de Janeiro em pelo menos 15 ou 20%.

Por essas razões, o Conselheiro julgava que era hora de investir em fábricas de tecidos no Norte de Minas, para o que convinha “despertar nos capitalistas da Corte a idéia de aplicarem alguma pequena parte de seus fundos” nesses investimentos. Assim, seria superado o principal obstáculo para a multiplicação das fábricas de tecidos no interior, “a completa deficiência de capital nessa região”. Se os capitais locais eram insuficientes, a

---

<sup>9</sup> - As informações sobre a Companhia de Santa Bárbara, salvo menção explícita, foram tiradas de MACHADO, Fernando da Mata. *Op. cit.*, p. 29-45.

importação de capitais dos grandes centros comerciais tornava-se uma necessidade<sup>10</sup>. Nesse ponto do texto, o Conselheiro criticou a prática rotineira dos capitalistas brasileiros aplicarem recursos vultosos em empresas que nenhuma vantagem acarretavam para o país. Em seguida, João da Mata Machado Júnior descreve o projeto da Fábrica de Santa Bárbara, os capitais necessários, a lucratividade esperada e as formas de gestão que seriam empregadas. Justifica a escolha do sítio e apresenta indicações sobre o mercado potencial para a referida indústria. Escreve, pois, uma espécie de plano de negócios *avant la lettre*. No entanto, o mais interessante neste texto do Conselheiro Mata Machado é a estratégia que ele considerava apropriada para promover o desenvolvimento do Norte de Minas. Para o ilustre diamantinense, “só a ação combinada da indústria e da cultura, aproveitando aquela os produtos desta, poderá salvar de total ruína esta extensa zona da Província”. A difusão de indústrias baseadas em matérias-primas minerais e agropecuárias seria o meio para dinamizar a economia da hinterlândia. E, para exportar esses produtos, bem como os gêneros da lavoura, escreveu o Conselheiro que seria necessário investir em estradas de ferro e, sobretudo, na navegação a vapor dos rios, “para avassalar as distâncias”.

O edifício da fábrica foi construído pelo engenheiro civil Catão Gomes Jardim, baseado em planta do engenheiro Bonjean, presidente da Companhia Brasil Industrial O maquinismo e as peças sobressalentes, encomendados na Inglaterra, chegaram até Curimataí depois de custosa viagem. Do Rio de Janeiro a Sabará, vieram por via férrea; de Sabará até Manga, pequeno porto no Rio das Velhas, ajoujos serviram para realizar o transporte dos teares. De Manga a Santa Bárbara, carros de boi transportaram os maquinismos. Trabalhadores da própria região serviram na Fábrica, de início sob a supervisão de mestres de fiação e tecelagem ingleses, John Kirch e Thomas Moore.

Os sócios fundadores da Companhia Santa Bárbara foram nove: o conselheiro João da Mata Machado, Augusto da Mata Machado, Álvaro da Mata Machado, Pedro da Mata Machado, Francisco Correa Ferreira Rabelo, João Antônio Lopes de Figueiredo, Pedro José Versiani, José da Silva Machado e Antônio Moreira da Costa (Barão de Paraúna). Como Francisco Rabelo, João Antônio de Figueiredo e Pedro Versiani eram maridos das irmãs Mata Machado, apenas o Barão de Paraúna era sócio estranho ao núcleo familiar. Convém fazer um parêntese para oferecer informações sobre este último sócio da Fábrica de Santa Bárbara.

Antônio Moreira da Costa era filho natural de Ana Sabina de Lacerda, nascido e batizado em Diamantina. Angariou enorme fortuna nos negócios minerais, tornando-se um dos homens mais ricos de todo o Norte de Minas nas últimas décadas do século XIX. Além de sócio dos Mata Machado, ele também foi sócio de Leonel Tolentino Monteiro, na firma Moreira Costa & Tolentino, inaugurada em julho de 1888 para fabricar chapéus finos, empregando 25 operários e uma grande caldeira a vapor (Envelope 3, Caixa 7, Acervo José Teixeira Neves. BAT). O Barão de Paraúna foi sócio ainda da Fábrica de Tecidos de Itinga, município de Araçuaí, da Companhia Industrial Rio Pretana e da Fábrica da Conceição do Rio Manso. Possuía letras da Companhia Industrial do Biribiri (tecidos), Companhia Indústria e Comércio do Norte de Minas, de Oliveira Neves & Companhia (tecidos de casimira) e de Luiz de Rezende & Companhia (mineração e comércio de diamantes). No

---

<sup>10</sup> - Ainda que, no momento da fundação da Companhia de Santa Bárbara, o apelo do Conselheiro não fosse ouvido, ele surtiu efeito depois. Na assembleia geral extraordinária de 4 de julho de 1892, fizeram-se presentes os sócios cariocas Francisco Rodrigues do Nascimento, José Alves Ferreira Chaves, Luis Felipe Freire de Aguiar e Joaquim Pereira de Queiroz Cattoni.

fim de sua carreira como homem de negócios, os rendimentos do Barão de Paraúna provinham de juros e dividendos sobre a aplicação de capital. Ele não possuía terras e era dono de apenas três imóveis em Diamantina. Seu inventário, concluído no ano de 1898, registrou riqueza avaliada em 328:652\$000, 78% dela composta por ações e letras firmadas por empresas (Inventário do Barão de Paraúna, 1.º Of., Maço 12B, 1898. BAT).

A 10 de setembro de 1888, a casa comercial diamantinense Antônio Coelho de Araújo & Irmão informou ao público que possuía fazendas da Fábrica de Santa Bárbara para vender. No mesmo ano, em 6 de novembro, José da Silva Machado, negociante estabelecido na Rua de Teófilo Otoni, centro de Diamantina, anunciou que recebera grande partida de tecidos de algodão produzidos em Santa Bárbara, afiançando tanto a modicidade dos preços quanto a qualidade dos panos. Em 27 de julho de 1895, a firma Mota & Companhia, proprietária em Diamantina do “Grande Empório do Norte”, anunciou aos fregueses e amigos que recebera, há pouco, um completo sortimento de fazendas da Fábrica de Santa Bárbara, que atenderiam a todos os gostos a preços vantajosos (*O Município*, 27 de julho de 1895. BAT). Dez anos depois, a casa de João Dias de Andrade, situada no Largo do Barão de Guaicuí, anunciava comercializar panos da Fábrica de Santa Bárbara (*A Idéa Nova*, 15 de abril de 1906. BAT). Esta pequena amostra de reclames impressos nos jornais de Diamantina dá provas de que os algodões lisos e infestados da Companhia de Santa Bárbara tinham boa aceitação no mercado regional. O que significa que o *slogan* da Companhia, elaborado pelo próprio Conselheiro Mata Machado e referido à busca da qualidade – “A perfeição dos produtos será a primeira garantia da Fábrica” –, havia vingado.

Visando, de um lado, garantir o abastecimento da povoação da Fábrica de Santa Bárbara e, de outro lado, criar canais de escoamento da produção da indústria, a Companhia firmou contrato com casas comerciais da região, especialmente da cidade de Diamantina. Assim, por exemplo, em 16 de setembro de 1903, a Companhia assinou com Antônio Augusto Machado e Antônio Eulálio & Companhia contrato que previa o direito desses últimos estabelecerem casa de comércio de gêneros da terra, fazendas, ferragens, molhados e outros artigos dentro da Povoação de Santa Bárbara, utilizando o armazém e o rancho de tropas pertencentes à Fábrica, livre de aluguéis. Durante a vigência do contrato, cujo prazo era de três anos, nenhuma outra pessoa poderia estabelecer casa de comércio dentro das terras da Companhia Santa Bárbara e as vendas a retalho dos tecidos da Fábrica passavam a ser exclusividade da sociedade de Antônio Eulálio e Antônio Augusto Machado. Exclusividade que abrangia também o fornecimento de gêneros ao recolhimento das operárias da Fábrica, de polvilho, carne verde e outras miudezas necessárias à Companhia têxtil. O contrato ainda especificava que os fornecimentos e as despesas dos empregados seriam pagos pela Santa Bárbara em tecidos, pelos preços correntes. Pelo direito de acesso privilegiado aos tecidos fabricados pela Companhia de Santa Bárbara, Antônio Eulálio e Antônio Augusto Machado pagaram a importância de 2:869\$822 réis (equivalentes ao balanço do armazém da Fábrica no momento da assinatura do contrato) e destinaram à indústria 20% dos lucros líquidos verificados nos balanços anuais da sociedade Antônio Eulálio e Antônio Augusto Machado (Livro de Notas n. 25. 1.º Of., Maço 496, p. 168-169v. BAT). Acordos semelhantes foram realizados com comerciantes de outras cidades nortemineiras, com o objetivo de ampliar a venda a varejo dos panos de algodão fabricados pela Companhia de Santa Bárbara.

Na Fábrica de Santa Bárbara, os operários foram submetidos a um regime de produção disciplinado por regulamento específico e detalhado, que previa prêmios,

gratificações, fundo de beneficência para inválidos e velhos e até mesmo a co-participação dos trabalhadores nos lucros da empresa. Havia preocupação com o controle da “moralidade” dos operários e nítida preferência por quadro estável de trabalhadores, cuja convivência no distante sertão deveria tornar mais afinados. Todas essas determinações relativas ao pessoal da Fábrica ficaram bastante nítidas em 1894, quando o Conselheiro João da Mata Machado Júnior promoveu a reforma dos estatutos da Companhia. A inspiração das diretrizes assinaladas vinha da Encíclica *Rerum novarum*, do Papa Leão XIII (Companhia Santa Bárbara. Relatório aos srs. Acionistas e Credores, p. 13, maio de 1904. Acervo Pedro da Mata Machado. BAT).

A Fábrica de tecidos dos Mata Machado não teve vida fácil. Sua trajetória foi pontuada por diversos problemas: dificuldade financeira, deficiente suprimento de água e de algodão, má qualidade do tecido, falta de mão-de-obra especializada. Esses problemas são descritos no Relatório apresentado aos acionistas e credores da Fábrica de Tecidos Santa Bárbara pelo seu diretor, Dr. Pedro da Mata Machado, em maio de 1904. Segundo o Diretor, as dificuldades financeiras da Companhia começaram em 1891, no clima agitado do Encilhamento, e teriam sido agravadas pela perda de seus mestres John Kirch e Thomas Moore, os quais foram substituídos por práticos, sem as necessárias habilitações técnicas. Desde então, a Fábrica teria entrado em período de franco declínio. Chegou até a sofrer paradas mais ou menos prolongadas, que se sucederam até o ano de 1900 (Relatório aos srs. Acionistas e Credores, p. 6-7).

Dessa forma, no ano de 1900, estavam em operação apenas 40 teares, o capital para movimentar os serviços era insignificante e pesava, sobre a Fábrica, uma dívida hipotecária avultada. Por isso, a Companhia entrou em moratória de três anos, após acordo com o Banco Hipotecário do Brasil<sup>11</sup>. Para tentar honrar o acordo, gerando recursos com o aumento da produção de tecidos, o Dr. Pedro da Mata Machado contratou o mestre inglês James Winders. Este, ao custo de muito trabalho, conseguiu elevar para 65 o número de teares em operação, no ano de 1903. Contudo, os problemas de produção da Companhia continuaram, como mostra o relatório citado:

“A linha produzida era de qualidade inferior, insuficiente e inconstante, não mantinha uniformemente o mesmo peso. Ocorriam perdas consideráveis de matéria-prima. Por isso, os filatórios produziam pequena quantidade de linha e grande quantidade de estopa. Como conseqüência, apenas uma das duas urdideiras da fábrica trabalhava o dia todo e os filatórios não davam para mais de quarenta teares” (*idem*, p. 10).

Esta situação fazia com que a produção da Fábrica fosse insuficiente para fazer frente a suas despesas financeiras. Segundo Pedro da Mata Machado, um conjunto de dificuldades impedia a indústria de render o necessário. Os fatores que o Diretor listou foram os seguintes: a) captação deficiente de água, o que determinava, nos meses de estiagem (julho a novembro), a paralisação dos serviços por um terço do dia; b) falta de habilitação profissional do mestre de fiação, o que provocava o abandono de muitos teares que a Fábrica possuía e; c) dificuldades com o suprimento constante de algodão<sup>12</sup>, o que

---

<sup>11</sup> - Eram dez prestações de empréstimo vencidas e não pagas. O acordo baseava-se na condição da Fábrica pagar as parcelas que fossem vencendo naquele prazo, no valor de 33:484\$620, e teria que amortizar outros 76:320\$488 (Relatório aos srs. Acionistas e Credores, p. 11-12).

<sup>12</sup> - A Fábrica de Santa Bárbara recebia boa parte do algodão dos sertões da Bahia. As grandes secas de 1898 e 1899 paralisaram os trabalhos por muitos meses. No ano de 1898, a empresa foi obrigada a comprar, no Rio de Janeiro, uma partida de algodão avaliada em 60 contos de réis.

obrigava, em várias ocasiões, operações onerosas de importação de algodão do Rio de Janeiro, via Rio das Velhas (*idem*, p. 8-9).

Enredada nesse novelo inextricável de problemas, que carregavam os traços da conjuntura mineira de atraso econômico numa época de rápida expansão do capitalismo, a Companhia de Santa Bárbara não poderia durar muito nas mãos dos Mata Machado. A empresa têxtil não superou os problemas financeiros que a afligiam desde a crise do Governo Campos Sales. Havia dívidas avultadas com o Banco Hipotecário do Brasil sem meios para quitação, o que levou ao cumprimento de carta precatória, expedida à Justiça da Comarca de Diamantina a requerimento do referido banco, em 4 de dezembro de 1903. Os bens da Companhia foram penhorados. Em 7 de maio de 1904, estes bens foram à praça, na capital federal, para honrar os pagamentos devidos ao banco. Por este ato, a Fábrica saiu do controle da família Mata Machado. Acabou encampada pelo Banco Hipotecário do Brasil. No ano de 1908, a indústria possuía 1744 fusos, 72 teares, força motriz de 150 cavalos e empregava 120 operários, produzindo anualmente um milhão de metros de tecidos<sup>13</sup>.

Enfim, como as demais fábricas de tecidos de Curvelo, Sete Lagoas e Diamantina, a Companhia Santa Bárbara usava matéria-prima originária do Norte de Minas – região de Minas Nova e Sertão do São Francisco. Sua produção de panos de algodão estava orientada para mercados locais da porção centro-norte do território mineiro. O tamanho da unidade fabril era relativamente pequeno. O financiamento do empreendimento dependeu dos aportes de economias realizados por reduzidos grupos de parentes e amigos que viviam na região. Na força de trabalho da fábrica, predominaram crianças e mulheres<sup>14</sup>. A Companhia de Santa Bárbara resultou de um processo de empresariamento no âmbito da família Mata Machado, algo que ocorreu também em algumas outras famílias diamantinenses. A marcha real deste processo foi marcada pela presença de diversas racionalidades<sup>15</sup>. A preservação do envolvimento com a mineração de diamantes, baseada em processos de lavra mais rotineiros e em relações de trabalho tradicionais – mineração que alimentou o capital mercantil e supriu as indústrias, ainda que parcialmente. O acúmulo e a manutenção de propriedades urbanas e de títulos da Dívida Pública, o que permitia o aval para a obtenção de crédito e a preservação da própria unidade familiar como centro de articulação dos interesses econômicos. O efetivo ingresso no setor produtivo industrial, destacando-se a opção pelo ramo têxtil e pela lapidação, que abriam possibilidades de aproveitamento de matérias-primas regionais. O emprego de recursos tecnológicos disponíveis no país na época, para a operação dos empreendimentos industriais. A utilização moderna do crédito – fornecido por bancos sediados no Rio de Janeiro e em Juiz de Fora – para fins industriais, fazendo as empresas “cavalgarem sobre suas dívidas”. E, como insistia o Conselheiro João da Mata Machado Júnior, o zelo com a “moralidade” sob a qual deveriam ser organizadas as firmas; responsabilidade moral que era vista como ativo fundamental para os negócios, cuja origem repousaria nas condutas ilibadas, competentes e voltadas para o progresso do país dos sócios e administradores, porque seria o instrumento para construir as redes de

---

<sup>13</sup> - Conforme JACOB, Rodolpho. *Minas Geraes no XX.º século*. Rio de Janeiro: Gomes, Irmão & Cia., 1911. Vol. 1, p. 271-274.

<sup>14</sup> - Ver a respeito OLIVEIRA, Maria Teresa Ribeiro de. Indústria têxtil mineira do século XIX. In: SILVA, Sérgio e SZMRECSÁNYI, Tamás (orgs.). *História econômica da Primeira República*. 2. ed. São Paulo: Hucitec/Edusp/Imprensa Oficial, 2002.

<sup>15</sup> - Sobre as origens sociais e econômicas dos empresários pioneiros de Minas Gerais, ver BIRCHAL, Sérgio de Oliveira. O empresário brasileiro: um estudo comparativo. *Revista de Economia Política*, v. 18, n. 3 (71), jul.-set. 1998, p. 16-37.



relações no Rio de Janeiro e em Minas Gerais necessárias ao bom desdobramento das atividades empresariais. O moderno e o tradicional, o impessoal e o familiar, o racional e o afetivo, o industrial e o mercantil mesclaram-se na conduta empresarial dos Mata Machado, numa época de transição para a economia e a sociedade brasileiras.

Os reveses representados pela perda das empresas abertas pelos irmãos Mata Machado – aliás, algo que aconteceu de modo semelhante com os Felício dos Santos –, trouxeram mais do que o empobrecimento pessoal desses homens. É claro que o Conselheiro João da Mata Machado, o comerciante Augusto da Mata Machado, o Dr. Álvaro da Mata Machado e o Dr. Pedro da Mata Machado exauriram suas fortunas para pagar os compromissos das empresas mal-sucedidas. Ficaram endividados, vivendo o resto de suas vidas com os proventos obtidos no exercício de suas profissões liberais. Tomaram um empréstimo aqui e outro ali para manterem os nomes limpos na praça, como mostra esse registro de 10 de julho de 1897: “Escritura de dívida e hipoteca que faz o Doutor Álvaro da Mata Machado de uma casa de sobrado sita à rua de Tiradentes nesta cidade a Cosme Alves do Couto, para segurança e garantia da quantia de três contos de réis, a juros de 8% ao ano, e pelo prazo de um ano” Livro de Notas n. 46, 2.º Of., Maço 161, p. 1-1v. BAT). Mais importante, contudo, foi o efeito que esses reveses produziram sobre os homens de negócio da cidade de Diamantina e sua vasta área de influência. Efeito paralisador, na medida em que o insucesso desses pioneiros favoreceu a inércia da maioria dos homens de negócio locais, acostumados ao modo tradicional de fazer as coisas, reforçando o apego ao garimpo e ao comércio baseado numa rede pulverizada de pequenos estabelecimentos diversos. Para a maioria dos agentes econômicos da região, o fim inglório da Fábrica de Santa Bárbara e da Companhia Indústria e Comércio do Norte de Minas foi interpretado como argumento de que a “riqueza antiga” – acumulada na forma de terras de cultura e de pastagem, lotes diamantinos, casas de comércio e estoques de mercadorias, dinheiro sonante e dívidas de terceiros – era mais condizente com as “vocações” da região e, por isso mesmo, mais natural e segura<sup>16</sup>. Por conseguinte, os capitais do Norte, que já não eram tão abundantes, fugiram das aplicações novas, das combinações que rompem com o “fluxo circular” da economia, de modo que Diamantina experimentou apenas um breve surto industrial alimentado pela ousadia dos Mata Machado, dos Felício dos Santos, dos Neves, dos Alves e dos Mota, nomes de empreendedores exaltados num discurso pronunciado pelo Dr. Pedro da Mata Machado em 6 de março de 1938, nas comemorações dos cem anos da cidade (*Voz de Diamantina*, 6 de março de 1938, p. 3. BAT).

A intensa atividade empresarial dos Mata Machado, ainda que infrutífera no longo prazo, é algo que aponta contra a tese, predominante nos anos 1950 a 1970 de que a burguesia brasileira sempre fora frágil e passiva, além de caracterizada pela estreiteza de seu universo ideológico<sup>17</sup>.

### **Pedro da Mata Machado e o desenvolvimento regional**

A experiência adquirida pela família Mata Machado com empreendimentos agrícolas, de navegação fluvial, curtumes e produção de charque, indústria vinícola e

---

<sup>16</sup> - Para discussão mais detalhada da questão, ver MARTINS, Marcos Lobato. *Os negócios do diamante e os homens de fortuna na praça de Diamantina, MG: 1870-1930*. São Paulo: FFLCH-USP, 2004. (Tese de doutorado)

<sup>17</sup> - Conforme, por exemplo, CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico*. São Paulo: Difel, 1964, e DINIZ, Eli. *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil, 1930-1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

fábrica de tecidos possibilitou o delineamento de um projeto para o desenvolvimento regional. Com evidente inspiração nas idéias do Conselheiro João da Mata Machado, anteriormente mencionadas, o principal formulador desta proposta foi o Dr. Pedro da Mata Machado, o mais novo dos irmãos. As linhas mestras do projeto foram lançadas na carta distribuída aos eleitores do 6º Distrito de Minas Gerais, em outubro de 1894 (O Dr. Pedro da Mata Machado ao corpo eleitoral do 6º Distrito de Minas Gerais. Diamantina: Oficinas Tipográficas da *Cidade Diamantina*, 1894. BAT). Neste documento, cuja redação terminou no dia 15 de agosto de 1894, na Fazenda de São João da Mata, ao lado da Fábrica de Tecidos de Santa Bárbara, o então candidato ao Senado estadual elencou as prioridades que norteariam sua ação política: educação profissional, acesso facilitado ao crédito, imigração, transporte ferroviário e agilização da Justiça.

No campo da educação escolar, Pedro da Mata Machado pleiteava o fortalecimento do ensino primário e a criação de uma rede de escolas profissionais, que difundiriam os “métodos científicos da agricultura e da criação”. Estes institutos profissionais e técnicos facilitariam o aproveitamento das imensas riquezas naturais do Norte de Minas. Conforme as palavras do senador estadual:

“A nossa instrução pública exige (...) reforma completa, a começar pelas escolas primárias que reclamam pessoal escolhido, competente, severamente fiscalizado e mais bem remunerado. Completando os cursos elementares e para que correspondam seus intuítos sociais, é de absoluta necessidade que se estabeleçam escolas profissionais, onde façam aprendizagem os filhos do povo que se destinam à grande e nobre classe dos trabalhadores de artes e ofícios” (*O Dr. Pedro da Mata Machado ao corpo eleitoral...*, p. 5-7).

Mas a educação dos filhos do povo sem o crédito para modernizar as pequenas propriedades rurais e oficinas de nada adiantaria. Para enfrentar o problema da falta de crédito, que impedia o crescimento dos agricultores e pecuaristas, Pedro da Mata Machado sugeria “a criação de pequenos bancos que facilitem o crédito e a aquisição de instrumentos indispensáveis à lavoura” (*idem*, p. 7-8). Propunha ainda, para acelerar a modernização da agropecuária regional, a “urgente e indispensável promoção da imigração facilitada pelo Estado” (*idem*, p. 8). Os meios de transporte também teriam que ser melhorados no Norte de Minas, porque a falta deles obrigava os produtores a conterem, praticamente no nível da simples subsistência, a produção de suas fazendas, fato que desestimulava o avanço industrial. Por isso, conforme Pedro da Mata Machado, era imperioso investir no desenvolvimento da viação férrea e fluvial. Por fim, a economia regional necessitava da agilização da Justiça, porque os negócios não poderiam prosperar num ambiente em que as pendências só são resolvidas a muito longo prazo. O futuro senador comprometia-se a lutar pela criação de novas Relações (tribunais de segunda instância) no Norte e no Sul do estado, ao escrever:

“Constituindo a importantíssima e vasta região norte-mineira um verdadeiro Estado, ressentido-se da falta de um tribunal de segunda instância, onde mais expeditamente se decidam seus pleitos judiciários (...). A própria enormidade do trabalho acumulado sobre os juizes de segunda instância, está mostrando a necessidade material da criação de novas Relações” (*idem*, p. 8).

O programa do Dr. Pedro da Mata Machado, exposto nos jornais *A Idea nova* e *Cidade de Diamantina*, era francamente agrarista, voltado para a modernização dos setores primários da economia e para a agroindústria. Por outro lado, o programa criticava

abertamente a industrialização brasileira. Os revezes sofridos pela família Mata Machado, em seguida ao chamado Encilhamento, levaram Pedro da Mata Machado a pensar que a República repetia o erro do Império, ao prosseguir “na cópia servil das brilhantes civilizações industriais”. Segundo o parlamentar diamantinense, a República agravava os problemas econômicos e sociais brasileiros ao procurar:

“criar, por meio de tarifas proibitivas, a nação industrial. O protecionismo que copiamos, hipertrofiando-o, teve êxito relativo na América do Norte e em algumas nações da Europa porque esses países reuniam condições do estádio industrial – densidade de população, acúmulo de capitais, abundância de matéria-prima, facilidade de transporte, largo consumo – e possuíam já uma indústria própria. A esse organismo, naturalmente criado, foi que a tarifa procurou beneficiar. Esta não faz o milagre de transformar uma nação agrícola em industrial, mas tem o funestíssimo poder de obstar o surto natural da agricultura e de aniquilar as indústrias legítimas, coetâneas do período agrícola. Absorvendo grandes capitais e impondo enormes sacrifícios ao consumidor, as indústrias fictícias elevam artificialmente os salários e os capitais circulantes, e desviam os recursos destinados à lavoura, à pecuária, à fiação e tecelagem e indústrias congêneres que desabrocham com a agricultura” (Civilização artificial, obra dedicada ao Ex. Sr. Dr. Wenceslau Braz. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1914. p. 6-7. BAT).

As idéias do Dr. Pedro da Mata Machado relativas à promoção do desenvolvimento regional eram afinadas com as diretrizes produzidas pelo Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1904, comandado por João Pinheiro da Silva, de quem o político diamantinense era afilhado. Como sabemos, a ênfase na diversificação e modernização da agropecuária mineira foi o centro da ação governamental nas primeiras décadas do século XX (DULCI, 1999).

É bom salientar que o Dr. Pedro da Mata Machado procurou, tanto na política local quanto na estadual, viabilizar as idéias agraristas e liberais que defendia. Assim, o senador apresentou projeto sobre o ensino gratuito da agricultura racional na sessão de 6 de setembro de 1910, no Senado Mineiro. Como Agente Executivo Municipal, Pedro da Mata Machado apresentou, em 11 de agosto de 1892, projeto para a instalação de serviços de água potável, esgoto, iluminação elétrica na cidade e de uma colônia de nacionais (“em que seriam “de preferência localizados e convenientemente aproveitados em serviços de lavoura crianças e mulheres aptas para o trabalho”), prevendo a garantia de juros de 7% sobre o capital de 200 contos de réis da empresa que se organizar para tal fim (Câmara Municipal de Diamantina. Artigos publicados na imprensa periódica desta cidade pelo presidente da Câmara e agente executivo resignatário Dr. Pedro da Mata Machado. Diamantina: Oficinas da *Cidade de Diamantina*, maio de 1893. BAT). Nas justificativas deste mesmo projeto, o Dr. Pedro da Mata Machado escreveu que a Câmara possuía “dois únicos serviços que ficam diretamente a seu cargo – a instrução pública, criando, primeiramente, uma escola de aprendizagem profissional, e a viação vicinal – dotando o município de uma rede completa de estradas” (*idem*, p. 8).

Este projeto de lei municipal formulado pelo Dr. Pedro da Mata Machado dá ensejo para se dizer uma ou duas palavras sobre as crenças liberais do político e industrial diamantinenses. Ele escreveu que o Brasil era país no qual praticamente tudo girava em torno do governo. O Estado pairava acima da sociedade, subordinando-a, a ponto da política determinar inteiramente os rumos da economia e da vida particular dos brasileiros. Segundo Pedro da Mata Machado, o pior mal brasileiro era justamente este, o de ser um país de formação “comunitarista”. Conforme suas palavras:

“Entre os povos de formação ‘comunitarista’ o governo é tudo, porque é absoluta a preponderância da vida pública sobre a vida particular. O governo é o regulador supremo desta; dele depende a economia íntima do cidadão. A mudança no governo é a reviravolta completa no destino; é a clientela que foge, são os amigos que debandam, é o vácuo, a solidão, o abandono (...). Bem diversa é a situação entre os povos de formação ‘particularista’ (...). A mudança de governo não é para eles uma questão de vida e morte. Fortes na sua iniciativa, aptos para vencerem as dificuldades da vida. Só contando com o esforço próprio para criar sua independência, a política lhes é meio para obterem bons governos e não fim que, uma vez atingido, dá posição, relativo sossego e bem estar ao feliz, sua prole, parentes, correligionários e amigos” (Ensino gratuito da agricultura racional. Discurso e projeto. Sessão do Senado Mineiro, 6 de setembro de 1910. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1910. p. 3-5. BAT).

Eis o cerne do liberalismo de Pedro da Mata Machado, homem que lutou a vida inteira para promover a mudança da formação nacional, de “comunitarista” para “particularista”. É contra esse pano de fundo ideológico que se pode entender a contenda entre ele e o Dr. Alexandre da Silva Maya, Agente Executivo Municipal de Diamantina que, no ano de 1895, determinou normas para o funcionamento do Mercado Municipal. Entre estas normas, figurava a obrigação de que todos os tropeiros descarregassem exclusivamente no recinto do Mercado e que a venda dos gêneros por atacado ocorresse somente depois de findo o prazo de 24 horas de exposição das mercadorias para a venda a varejo (*O Município*, 6 de julho de 1895, p. 3-4. BAT). Pedro da Mata Machado, que era proprietário de uma intendência nas cercanias da cidade, taxou de ilegal e contrária à economia popular a decisão de Silva Maya. Seguiu-se acesa controvérsia pelos jornais, com acusações de parte a parte, que se arrastou por semanas. No fim, prevaleceu a decisão de Silva Maya. Desgostoso, Pedro da Mata Machado retirou-se da política municipal.

Tanto a trajetória empresarial quanto a carreira política dos irmãos Mata Machado foram devotadas à construção de uma sociedade liberal, dotada de agricultura diversificada e “indústrias naturais”, bem servida por transportes, crédito agrícola e ensino profissional, definitivamente desvencilhada dos privilégios aristocráticos que marcaram o passado escravista. Eles ansiaram a inovação, cultuaram a figura do *self made man* e preconizaram a modernização de Diamantina e do Norte de Minas.

### **Considerações finais**

A rica experiência no campo dos negócios, o pioneirismo industrial, a atuação política e a reflexão bem informada sobre a realidade mineira e nacional transformaram os irmãos Mata Machado em ícones diamantinenses. Líderes em torno dos quais alguns homens de negócio agruparam-se, desejosos de trabalhar pela modernização norte-mineira.

Os Mata Machado foram politicamente comedidos, embora criticassem a “alienação” dos políticos brasileiros. Enfatizaram a modernização da agropecuária e o ensino agrícola profissional. Consideraram bem-vindo o influxo de imigrantes, que enxergavam como elementos necessários para, com o passar do tempo, construir no país uma sociedade livre de pequenos e médios produtores rurais, operosos, criativos e eficientes. Para Pedro da Mata Machado, no plano político o Brasil deveria adotar para valer as fórmulas liberais, competindo ao Estado principalmente estimular a iniciativa privada, sob a forma de garantia de juros a empresas particulares ou pelo levantamento de empréstimos que permitissem alavancar a ação dos homens de negócio.

Ao fundarem negócios “modernos”, aproveitando a oportunidade de abertura de um novo mercado ou de introdução de um novo método de produção, os Mata Machado perceberam que os seus destinos estavam umbilicalmente ligados aos destinos do país. Suas

empresas cresceriam dependendo das condições institucionais para o florescimento de seus negócios. Esta percepção tornou-os empresários com visão pública, que procuraram participar intensamente da montagem de um aparato institucional moderno em Minas Gerais e no Brasil. Para isso, os Mata Machado se lançaram na política e experimentaram as dificuldades das eleições e das contendas partidárias na virada do século XIX para o século XX. Nas tribunas, eles falaram sobre as dificuldades enfrentadas pelo Norte de Minas e defenderam a combinação da lavoura e da indústria, a melhoria do sistema viário (ênfatisando a navegação a vapor e as estradas de ferro), a educação profissional agrícola da juventude e “interiorização” dos investimentos de capitais, que julgavam prejudicialmente concentrados nos grandes centros comerciais do país. Por meio das tribunas e do exercício de funções públicas, os Mata Machado também buscaram construir relacionamentos apropriados, capazes de favorecer seus negócios (seja na mobilização de capitais e crédito, seja na obtenção de licenças, concessões e benefícios governamentais) e de torná-los “mais acreditados”.

Política e negócios foram, para os Mata Machado de Diamantina, na virada do século XIX para o século XX, terrenos para percorrer com paixão e ousadia.

## Anexo

### Traços biográficos dos irmãos Mata Machado

A seguir, são apresentadas pequenas biografias dos Drs. João da Mata Machado Júnior, Álvaro e Pedro da Mata Machado, construídas com base nas seguintes fontes:

- a) COUTO, Soter Ramos. *Vultos e fatos de Diamantina*;
- b) MONTEIRO, Norma Góes. *Dicionário biográfico de Minas Gerais: período republicano*;
- c) MACHADO, Pedro da Mata. *Traços biográficos do Dr. João da Mata Machado*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1928 (disponível na BAT).

#### **Conselheiro João da Mata Machado Jr.**

João da Mata Machado Júnior nasceu em Diamantina a 14 de novembro de 1850, filho do comerciante de diamantes João da Mata Machado e de Amélia Senhorinha Caldeira da Mata. Faleceu em 6 de fevereiro de 1901, na cidade de Belo Horizonte.

Aos 14 anos foi para o Rio de Janeiro, onde estudou no Colégio Santo Antônio e, depois, na Faculdade de Medicina, formando-se em 1874. De sua geração acadêmica fizeram parte Joaquim Murtinho, Lopes Trovão, Ramiro Barcelos, Miranda Azevedo, José Costa Sena e Moreira Pinto. Casou-se com Luiza Bessa, filha do abastado capitalista Comendador Manoel José de Bessa. Em seguida, mudou-se para Diamantina, fundando sua clínica e tornando-se provedor do Hospital Santa Isabel.

Foi presidente da Câmara Municipal, sucessivamente reeleito. Em 1878, elegeu-se deputado provincial. Em 1882, foi eleito deputado e tornou-se Primeiro Secretário da Assembléia Nacional. Aos 33 anos, tornou-se ministro do Gabinete Dantas. Reeleito deputado na eleição presidida pelo Visconde de Ouro Preto, não tomou posse por causa da proclamação da República. Abandonou temporariamente a política. Retornou como deputado constituinte, acabando como Secretário do Congresso. Colocou-se contra o Marechal Floriano Peixoto, que havia deposto os governadores e se recusava convocar eleição presidencial. Por isso, em 10 de abril de 1893 foi levado à presença do Chefe de Polícia do Rio e, em seguida, detido por quatro meses na Fortaleza de São João, sendo libertado pela anistia. Reelegeu-se para a Câmara Federal em 1894, mantendo-se na oposição, e, encerrada a Legislatura, retornou para Minas Gerais. A partir de 1898, dedicou-se a escrever um plano completo de viação do norte do estado, mostrando as riquezas da região e os meios para fazê-la progredir.

No campo empresarial, foi um dos pioneiros da indústria de lapidação em Diamantina e o principal nome na criação da Fábrica de Tecidos de Santa Bárbara.

#### **Dr. Álvaro da Mata Machado**

Nasceu em Diamantina em 18 de agosto de 1853 e faleceu em 7 de agosto de 1925, na cidade de Belo Horizonte. Estudou no Seminário de Diamantina e depois foi para o Rio de Janeiro, onde se formou em medicina no ano de 1880. Voltou para Diamantina, abriu consultório médico e angariou fama como clínico.

Foi eleito vereador e, logo depois, deputado provincial. A 25 de fevereiro de 1891, foi eleito senador à Constituinte Mineira. Foi senador federal em 1894 e deputado em 1909.

Como jornalista, fundou os jornais *Cidade de Diamantina* e *17.º Distrito*. Organizou a Companhia Indústria e Comércio do Norte de Minas.

Retirou-se da política em 1910. Desiludido e pobre, aceitou a nomeação de Diretor dos Correios.

### **Dr. Pedro da Mata Machado**

Nasceu em Diamantina a 29 de janeiro de 1865 e faleceu em 16 de junho de 1944, na cidade de Belo Horizonte. Formou-se em Direito na Faculdade de Direito de São Paulo em 1889. Foi Presidente da Intendência Municipal e Promotor de Justiça em Diamantina. Presidiu a primeira Câmara Municipal Republicana e, de 1889 a 1893, foi Agente Executivo Municipal.

Foi deputado federal no período 1914 a 1920 (governos Bueno Brandão e Artur Bernardes) e senador estadual durante doze anos consecutivos, eleito pela primeira vez no governo João Pinheiro, de quem fora protegido político. Elegeu-se deputado à Assembléia Constituinte de 1933 e deputado federal em 1934-37. Foi membro do Conselho Consultivo do Estado de Minas Gerais no governo Olegário Maciel.

Abandonou a política por causa do Golpe do Estado Novo, dedicando-se exclusivamente à Cátedra de Direito Romano na Faculdade de Direito de Belo Horizonte.

No campo empresarial, foi diretor da Companhia de Santa de Bárbara no período entre 9 de julho de 1900 a 7 de maio de 1904.